

EDUCAÇÕES? DISCUTINDO OS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL NO BRASIL

Edja Fernanda de Moura Araújo ¹

RESUMO

Este trabalho é um dos produtos e recorte da minha monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, intitulada de Educação Popular e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: diálogos possíveis. Na delimitação do presente artigo, objetiva-se discutir e sistematizar dois conceitos: educação formal e educação informal. Partimos do pressuposto de que a Educação é indissociável das relações e esferas sociais do ser humano (família, escola, trabalho e comunidade), podendo abarcar o conservadorismo e, ao mesmo tempo, a transformação. Nesse sentido, nos interessa compreender alguns contextos, definições e determinações da educação formal e informal, no Brasil. Podemos nos questionar: Mas o que é Educação? É o que apreendemos em grande parte da vida nos espaços formais como, por exemplo, na escola institucionalizada? Advém dos costumes da comunidade? A dada pelos familiares? Ou simplesmente nascemos educados? São questionamentos que nos interessam neste trabalho. Trata-se de uma revisão bibliográfica que transcorre pelas seguintes categorias: Educação, Educação Formal, Educação Informal. Tem como aportes teóricos gerais: Netto; Braz (2012); Brandão (2007); Gadotti (2012); Lessa (2015); Soares (2017); CFESS (2011). Faz uso de fontes documentais, especificamente dois documentários: “A Última Floresta” (2021); e “Pensando com Paulo Freire” (*s.d.*). Sendo este artigo, como já dito, recorte de minha monografia, também foi feito uso de elementos da pesquisa de campo, de forma complementar. No caso, da pesquisa de campo trouxemos apenas as respostas a uma pergunta realizada por entrevista semiestruturada, em um município do Rio Grande do Norte-RN. A pergunta foi a seguinte: “para você o que é Educação?”. Com base nessas diferentes fontes (bibliográficas, documental e de campo), trazemos uma sistematização de dois importantes conceitos (educação formal e educação informal) para a compreensão de que existem “educações” diferentes e uma sociedade demandante de reconhecimento e valorização do saber popular.

Palavras-chave: Educação, Educação Formal, Educação Informal.

INTRODUÇÃO

A primeira socialização acontece por meio da família. Iasi (1999, p. 18) traz a percepção de família como “a primeira instituição que coloca o indivíduo diante de relações sociais [...]”. E essas relações são complementadas à medida em que o sujeito é inserido na escola, no trabalho, em ciclos sociais, etc. (IASI, 1999).

Nesse sentido, temos costumes, culturas e regras estabelecendo maneiras de convívio social. Estamos sempre em movimento, crescimento e aprendizado, mediados por outros homens e/ou mulheres, no seu ato mais comum entre todos os seres humanos (ontológico): o

¹ Bacharel em Serviço Social, pela Faculdade de Serviço Social (FASSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), edja0275@gmail.com.

de transformar à natureza para atender necessidades fisiológicas e necessidades histórico-sociais² (NETTO; BRAZ, 2012).

Netto e Braz (2012) justificam que, ao tempo em que o trabalho³ “não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem como ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmite mediante aprendizado” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 43. Grifos dos autores.), toma papel de destaque a linguagem, a cultura e a educação, nas relações entre a produção e reprodução das relações sociais (GRANEMANN, 2009).

Sobre isso, podemos refletir que “[...] o homem não nasce indivíduo social: ao nascer, os homens são puras singularidades; somente no seu processo formativo-social, no seu amadurecimento humano, os homens podem torna-se indivíduos sociais [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 59).

Mas o que é Educação? É o que aprendemos em grande parte da vida nos espaços formais como, por exemplo, na escola institucionalizada? Advém dos costumes da comunidade? A dada pelos familiares? Ou simplesmente nascemos educados? Ao analisarmos a Lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), esta diz que

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais; § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias; § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Entendemos assim, que a Educação se desdobra em duas perspectivas, a primeira delas com um teor de transcendência nas relações adquiridas no decorrer da vida por semelhantes nas relações intergeracionais, construídas em dinâmicas educacionais dentro das comunidades partilhando o mesmo território, podendo ser tida como educação informal. A outra, trata-se da educação sistematizada que segue linearmente um “plano” educacional que objetiva preparar os sujeitos para disputar o seu lugar nas relações trabalhistas sociais individualistas, podendo

² Aquelas criadas pela sociedade, em contato com o mundo da produção e da reprodução das relações sociais, repassadas no âmbito da cultura (MARX, 2019); (NETTO; BRAZ, 2012); (LESSA, 2015).

³ Atividade de transformar a natureza para atender às necessidades, das mais imediatas às sociais, conforme explicado acima.

ser tida como a educação formal. Tivemos como principais aportes teóricos: Brandão (2007); Brasil (1996); CFESS (2011); Gadotti (2012); Soares (2017).

Assim, buscando contribuir com o debate sobre a temática, este artigo objetiva analisar os conceitos de Educação Formal e Educação Informal no Brasil. Tal objetivo geral desdobra-se em três objetivos específicos, quais sejam: 1- Realizar um levantamento acerca das concepções de Educação por parte dos que compõem o coletivo Força Jovem, do Centro de Referência em Assistência Social, de Serra do Mel-RN; 2- analisar histórica e socialmente como a educação se consolida na sociedade brasileira; 3- Discutir as aproximações e distâncias, entre a Educação Formal e Informal no Brasil.

METODOLOGIA

Diante do exposto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa ao assentir que as palavras são expressões partilhadas de significados, seja ao dialogar com familiares e amigos informalmente, ou em lugares que demandam formalidade nas falas e gestos, nas quais, as interações podem dar significados as relações, falas e estruturas embasadas teoricamente (MINAYO; SANCHES, 1999), assim como, parte de uma revisão bibliográfica seguida por um pequeno recorte de pesquisa de campo, no qual, o lócus debruçado foi o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Serra do Mel-RN⁴.

O perfil geral dos sujeitos da pesquisa, que responderam a pergunta traga “para você o que é Educação?” desdobra-se em: 1- Dois entrevistados(as) eram técnicos(as) do serviço e três correspondiam a participantes dos grupos; 2- As idades variaram entre 19 a 26 anos; 3- Foram realizadas entrevistas semiestruturadas visando a possibilidade de perceber e acrescentar elementos para fomentar as análises posteriormente; 4- Todas as entrevistas seguiram a modalidade presencial.

Para garantir o sigilo e certificar o nosso compromisso com a ética na pesquisa, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que disponibilizamos uma via para cada um dos envolvidos na entrevista, assim como temos uma via, que também serão

⁴ A explicita no resumo deste trabalho, no qual, traz uma pergunta específica “para você o que é Educação?” feita durante o processo de coleta de dados da minha monografia apresentada a Faculdade de Serviço Social (FASSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Sobre o CRAS, cabe dizer que se insere na Proteção Social Básica (PSB) e que disponibiliza serviços, programas e benefícios, além de desenvolver atividades socioeducativas/educativas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

guardadas por cinco anos. Ademais, os sujeitos da pesquisa foram escolhidos de forma aleatória (entre participantes e profissionais) priorizando os que possuíam maior idade, e para distingui-los utilizamos codinomes que seguem uma sequência numérica.

O método utilizado foi o materialismo histórico dialético e, de acordo com Netto (2011), faz-se nas relações entre sujeitos, desprendendo-se do imediato, identificando e analisando as determinações concretas. Essas que estão submetidas às contradições de classe e formação sócio-históricas de produção e reprodução da sociedade capitalista e nas formações sócio-históricas dos países, como um processo dinâmico, dialético, histórico e contraditório.

Ao relacionar o materialismo histórico dialético com os aparatos teóricos abordados, pôde-se analisar a produção e reprodução do ser social dentro de contextos sócio-históricos, aproximando-os da discussão sobre Educação, Educação Formal e Educação Informal. Assim, a revisão bibliográfica transcorreu um caminho de análise que entende a universalidade/totalidade, singularidade e particularidade da sociedade brasileira como um processo de contradições, relacionando-as à historicidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando dialogar os resultados de nossa pesquisa de campo com os demais pontos deste artigo, trazemos abaixo um quadro ilustrativo das respostas dos(as) cinco entrevistados(as) quando questionados com “para você o que é Educação?”

QUADRO 01				
AS EDUCAÇÃO PARA OS(AS) ENTREVISTADOS(AS)				
Entrevistado 01	Entrevistado 02	Entrevistado 03	Entrevistado 04	Entrevistado 05
“É a definição de tudo”;	“A pessoa ser gentil”;	“A educação em você ir em uma sala de aula”.	“Educar o jovem a andar no caminho certo”	“Educação pode ser misturada”;
“Educação de você ser educado”;	“Tratar bem os outros”.			“A parte da escola, né, a gente estudar em... Na escola”;
“Educação de você ser inteligente”;				“Convívio, é... De pessoa pra pessoa”;
“o mal-educado e o educado”.				“Dos direitos mesmo da pessoa né”, ⁵

⁵ A fala do entrevistado traz a reflexão sobre os direitos, mas durante a entrevista não foi aprofundada essa questão. Ademais, o diálogo entre Educação Popular e educação em Direitos Humanos é um debate essencial. Um dos espaços que vem se destacando e contribuindo com a educação em Direitos Humanos, na perspectiva da educação popular, são espaços de extensão (projetos e núcleos de extensão universitária) que, em seu contato e trabalho com

				“[...] saber conversar com as pessoas”.
--	--	--	--	-----------------------------------------

Fonte: autoria própria.

A maior parte dos(as) entrevistados(as) (01, 03 e 05) cita nas respostas a educação escolar. Os entrevistados 02 e 04 acarretam uma perspectiva de educação baseada no “certo” e no “errado”, essa que, pode ser vista como uma questão da moral e dos valores. E somente o entrevistado 05 trouxe a educação como diversificada, no sentido de que pode estar em lugares (escolas e espaços não escolares de convívio) e de formas diferentes, inclusive no conhecimento acerca dos direitos. Assim como na humanização para conversar com o outro e com a outra.

Então, podemos destacar três perspectivas: 1- A educação escolar, na qual, podemos embasar uma discussão da educação formal, aquela que aprendemos dentro das salas de aulas e que segue uma hierarquia entre professor e aluno; Comum na sociedade e no sistema educacional brasileiro.

2- Educação “moralista”, essa que, segue uma linha mais complexa em relação aos autores que a discutem, como, Goergen (2005, p. 995) que traz que a “concepção de moral decorre um modelo de educação que consiste na transmissão de valores fixos e inapeláveis de geração em geração”. Desse modo “[...] agir moralmente significa agir em conformidade com as normas estabelecidas em sociedade” (GOERGEN, 2005, p. 996).

3- Concepção de que a Educação acontece em lugares e formas diferentes. Ou seja, não se limita aos espaços formais de educação. Esta concepção concorda com Brandão (2007, p. 9) quando afirma que “[...] não há uma forma única nem um único modelo de educação; A escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; O ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

Dito isso, podemos estar em contato com o saber sem ao menos pisarmos numa escola. Por exemplo, os povos tradicionais, como no caso da tribo indígena Yanomami que vive no norte do Brasil e Sul da Venezuela há mais de mil anos, foram evidenciados num documentário entrelaçado com ficção intitulado de a “A Última Floresta” de Bolognesi (2021). Nessa produção audiovisual o cotidiano da aldeia é mostrado. Fazem parte dos seus elementos: Pesca, caça, cuidados com os animais perigosos da floresta, como preparar os alimentos para consumo

a sociedade/comunidade, vem se construindo como “extensões populares”. Nesses espaços, a Educação Popular tem sido reivindicada e construída como um eixo transversal. Em Mossoró-RN, um exemplo de extensão popular é o Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido (CRDH/UFERSA). Para uma discussão aprofundada sobre o assunto, ler Silveira (2019).

e entre outras formas de viverem em grupo. Homens, mulheres, crianças, adolescentes e anciões dividem o mesmo espaço e no dia a dia aprendem uns com outros. Portanto,

a educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado (BRANDÃO, 2007, p. 13).

No documentário “A Última Floresta”, Davi Yanomami relata para a comunidade indígena que “os brancos não nos conhecem. Seus olhos nunca nos viram. Seus ouvidos não entendem nossas falas”. Evidenciando que a cultura indígena é diferente da de colonizadores e colonizados, e que muitas vezes, é descartada e descredibilizada por destoar dos padrões considerados “normais” de uma sociedade capitalista.

O que estamos argumentando aqui é que pode haver Educação nos diversos espaços sociais e territoriais. Distintamente, podemos nos perguntar “qual o lugar em que a Educação tem sido colocada e como ela está sendo vista e credibilizada na nossa sociedade? Gadotti (2012, p. 28) aponta para o “sistema educacional” como um

[...] modelo escolar vigente [que] tem confundido educação com escolarização, tem confundido pedagogia com didática, qualidade da educação com testes de aprendizagem, tem confundido o saber escolar com todo o saber e, por isso, tem concebido a escola como único espaço educativo. Tudo isso por conta de uma sociedade onde o mercado é que dita as normas (GADOTTI, 2012, p 28).

Nesse mesmo sentido, Brandão (2007, p. 26) relata que o “momento transicional” da educação é a nova concepção de ensino formal, esta que, “[...] se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor [...]”. A educação escolar torna-se protagonista na vida em sociedade, mas não isoladamente, vincula-se como prática social e na esfera da preparação para o emprego.

As relações sociais são mediadas pelo trabalho, porém, a práxis que envolve os homens e as mulheres em condições objetivas e subjetivas nos territórios diversos, os colocam como seres de particularidades que se desdobram em dinâmicas grupais contraditórias, colocando o ser como “[...] uma categoria cujo caráter de totalidade é ineliminável e tudo que existe o faz no interior (e em relação, portanto) com esta totalidade” (LESSA, 2015, p. 27).

A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens. Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às

necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si (LESSA, 2012, p. 25).

Na sociedade capitalista, todas as mercadorias, assim como o trabalho na sua versão mediada por um salário, assumem uma dupla característica: a de valor de uso e de valor de troca (NETO; BRAZ, 2012; LESSA, 2012). Assim, como o trabalho na sociedade capitalista que emerge da propriedade privada, vela os sujeitos em conformidade, como mão-de-obra viva.

Então, refletimos a socialização (característica do ser social) partindo das relações estabelecidas da individualidade, particularidade e totalidade dos sujeitos inseridos na história dos homens (e mulheres) e no mundo capitalista. Com isso, do mesmo modo que “[...] a socialização do conhecimento humano é um elemento que relaciona intrinsecamente o trabalho à comunicação e a linguagem e, assim, às práticas pedagógicas” (SOARES, 2017, p. 31); A educação também passa a ter uma face no mercado, essa que, pode ser privada, então, seu acesso pode ser restrito e somente quem tem poder aquisitivo possuir acesso. A educação não é isenta dos processos que atravessam todas as relações sociais. Com isso, também é perpassada por ideologias. Inclusive, em muito, se reforça a ideologia⁶ burguesa no sistema educacional, sendo um dos sustentáculos da desigualdade (BRANDÃO, 2007). Com isso,

a trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora (CFESS, 2011, p.16).

Contextualizando a Educação na história do Brasil, ao voltarmos ao seu surgimento como política pública, conforme destaca Brandão (2007), “duas educações” surgiram em torno de 50 anos atrás, no contexto da década de 1957.

Uma era a educação escolar que ensinava a ler e a escrever (ensino primário) às crianças que eram filhas de “pessoas boas”, que se distanciavam da mão-de-obra barata, e ao crescer tinham cursos profissionalizantes de línguas, literatura e música na esfera privada. A outra se tratava de “oficina”, esta que se ligava diretamente à mão-de-obra explorada, esses aprendiam no campo (desde a infância), denominados os filhos da “pobreza”, ou seja, partindo de famílias historicamente sem detenção de poder, eram considerados pela burguesia como “sem cultura”,

⁶A ideologia é “[...] uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade – sacerdotes, filósofos, cientistas, professores, escritores, jornalistas, artistas -, que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe a que pertencem e que é a classe dominante de uma sociedade” (SOARES, 2017, p. 35 *Apud* CHAUÍ, 2000, p. 221). A ideologia abre um espaço de disputa de ideias, abrindo uma contradição sobre projetos de sociedade que divergem entre uma concepção individualista e outra mais coletiva.

mas dotados do fazer produtivo, como: ferreiros e pedreiros; pertenciam a eles a construção da riqueza (mas sem desfrutar da mesma) e obras da cidade (BRANDÃO, 2007). E,

no contexto neoliberal, a partir da década de 1990, o sentido que veio a ter a teoria do capital humano é a lógica de um status de empregabilidade, da competitividade, e a educação passa a ser um meio para acessar a esse fim e não um fim coletivo, mas um meio individual de cada um buscar as competências necessárias para sua inserção e na via de competir no mercado de trabalho (NIEROTKA; TREVISOL, 2019, P. 37).

O ensino, então, historicamente destaca-se como seletivo e demarcado desigualmente como, podemos dizer, “educação para os segmentos superiores das classes” e “educação para os segmentos inferiores das classes”.

Com as reflexões realizadas até aqui, podemos afirmar que existe uma contradição histórica na Educação, especialmente, na profissionalizante. Pois, de acordo com Batista e Freire (2019) historicamente a Educação separava as classes, assim, tinham os que pensavam (ricos com acesso à educação) e os que executavam a mão-de-obra (os pobres sem escolaridade).

Assim, um tema importante na história das políticas sociais de educação no Brasil é o da “formação integrada”, caracterizada como um caminho para as classes populares ocuparem o lugar da produção de saberes com uma junção dos conteúdos abordados nas escolas, por exemplo, português e matemática, mais um “bônus” que era a formação técnica.

Somente com a criação de políticas afirmativas e estratégias de maior acesso ao ensino público superior voltadas aos segmentos mais pobres da classe trabalhadora que esse quadro vem mudando. Por exemplo, “a luta por uma Universidade pública, gratuita, presencial, laica, democrática, com acesso universal, de qualidade, efetivamente popular perpassa a mobilização de um conjunto de forças sociais, entre estas, as organizações estudantis” (ENESSO, 2015, p. 1). Acontece que, “tradicionalmente o sistema educacional brasileiro nos diferentes níveis de ensino é considerado excludente, pois reflete as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas do país” (NIEROTKA; TREVISOL, 2019, p. 24). Dito isso, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) entende que:

não podemos entender a educação deslocada da materialidade na qual ela se realiza: a sociedade de classes, pelas suas contradições e antagonismos próprios, a educação também se apresenta como espaço privilegiado de disputas e projetos (ENESSO, 2015).

Com isso, nesse cenário de correlação de forças e luta pela democratização do acesso ao ensino superior por parte das organizações e entidades estudantis e docentes, podemos refletir que ainda se colocam na ordem do dia diversas questões: O pessimismo referente às cotas raciais (contrariando a necessidade de reparação histórica do Brasil para com as pessoas pretas marginalizadas e inferiorizadas nas esferas sociais trabalhistas), assim como, as cotas que reservam vagas para estudantes de escola pública (integral ou parcial) e as cotas para pessoas com deficiência, com isso, reforçando a estruturação de uma sociedade que internaliza o individualismo e culpabiliza o sujeito por questões estruturais.

Além do acesso às Universidades ser garantido, é importante enfatizar como as políticas de educação devem pensar as condições de permanência dos sujeitos, pois, as condições objetivas (alimentação, moradia, transporte público e de qualidade etc.), muitas vezes, obrigam os mesmos a optarem por permanecer na Universidade ou sair da Universidade e ingressar no mercado de trabalho para subsistir. Assim, temos a exemplo assistência estudantil como um marco nessa pelo acesso e permanência nas Universidades.

Podemos nos perguntar, nos termos de cartilha da ENESSO (2015), “a quem serve a educação?” Brandão, consoante a um pensamento muito conhecido de Paulo Freire, traz a frase “nenhuma educação é neutra” como uma crítica ao associar a educação como “pura” e como se por traz dela não existisse interesse político e de classe (BRANDÃO, 2007). Aponta, dessa forma, a importância de se desvelar que a educação também serve “[...] a grupos, a classes sociais determinadas, e não tanto ‘a todos’, ‘à Nação’, ‘aos brasileiros’ (BRANDÃO, 2007, p. 60).

Refletindo sobre o questionamento acima, concordamos que na medida em que a Educação percorre um caminho que renova as maneiras de dominação tornando-se imposta/autoritária densifica uma sociedade individualista. E, ao mesmo ponto em que percorre o caminho inverso, conforme no documentário “Pensando com Paulo Freire”⁷, produzido pela Escola Nacional Florestan Fernandes, no qual, o próprio Paulo Freire questiona “*porque e a favor de quem você sonha? Qual é o sujeito beneficiado pelo sonho? É a burguesia que explora ou é a massa deserdada que sofre?*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-4rx67XVe5w&t=266s>. acesso em jun. 2023.

Apreendemos, nessa construção, especialmente no momento de revisão bibliográfica e pesquisa documental que a Educação na sociedade pode percorrer caminhos diferentes e servir a sujeitos distintos. Mesmo que a educação se tensione à ideologia burguesa, ela tem em si e ao mesmo tempo e contraditoriamente elementos de controle e brechas problematizadoras: por meio do questionar, conhecer o mundo (além das letras, às vezes, inclusive, a partir das letras) e possibilidade de se motivar para processos e organizações mais coletivas.

Dessa forma, é de suma importância tratar a temática nos âmbitos tidos como formais e informais, assim, preenchendo lacunas e esclarecendo as articulações entre as Educações, as quais se conversam e se integram de acordo com Gadotti (2005) nos espaços informais e formais, escolares e não-escolares.

As vulnerabilidades que permeiam as vidas das pessoas fragilizadas e, muitas vezes, culpabilizadas não podem partir da sua culpabilização e sim das condições sócio-históricas capitalistas e da formação sócio-histórica do Brasil; Dos acessos e não-acessos a direitos e serviços básicos. Assim, o “despertar” para entender começa a partir do momento transicional do “eu” para “nós”.

Almejamos com esse artigo contribuir com uma discussão em educação numa perspectiva ampliada, territorial e coletiva, na qual, todos os sujeitos contribuem numa perspectiva contínua, inacabada e em movimento.

REFERÊNCIAS

- A ÚLTIMA FLORESTA**; Direção: Luiz Bolognesi. Produção: GULLANE; BURITI; HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Brasil: Amazonas, 2021. NETFLIX (76 min).
- BATISTA, Sueli Soares dos Santos; FREIRE, Emerson. Conflitos e contradições em torno das diferentes concepções e diretrizes para a educação profissional e tecnológica. São Paulo: **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, 2019, p. 1885-1908.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007
- BRASIL, executiva nacional de estudantes de serviço social. **Cartilha “a quem serve seu conhecimento”**. 2015. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2015/08/a-quem-serve-teu-conhecimento-enesso2015.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.
- CFESS. **Subsídios para atuação de Assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF: CFESS, 2011.

ENFF, Escola Nacional Florestan Fernandes. **Pensando com Paulo Freire**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-4rx67XVe5w&t=266s>. Acesso em: 22 jun. 2023.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Suíça: Institut International des Droits de 1º Enfant, p. 1-11, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. São Paulo [s.ed.] 2012.

GOERGEN, Pedro. Educação e valores no mundo contemporâneo. Campinas: **educação & sociedade**, vol. 26, n. 92, 2005, p. 983-1011.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999, p. 10-50.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 25-31.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de lukács**. 4 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015, p. 12-28.

MARX, Karl. **O capital**. 3. Ed. São Paulo: Edipro, 2019.

MINAYO, Maria Cecilia de. S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, v.9, 1993.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 41-61.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitério. **Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2019, p. 14-39.

SILVEIRA, Juliana Maria de Medeiros. **A articulação entre o Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido e os movimentos sociais do campo**. 2019. 85f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

SOARES, Camila Mesquita. **“Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”**: serviço social e educação popular. 2017. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017, p. 29-37.